

CPIs aprovam relatórios finais

Depois de sete meses de trabalho, comissões criadas pelo Senado encerram atividades com sugestões para corrigir distorções e pedidos de punição dos envolvidos em irregularidades



“Justiça precisa de reforma e controle social”

*Senador Paulo Souto, relator da
CPI do Poder Judiciário*

Páginas 4 e 5



“Enfrentamos a força do sistema financeiro”

*Senador João Alberto, relator
da CPI dos Bancos*

Páginas 6 e 7

Senadores votaram 27 matérias em uma semana

PÁGINA 2

Proposta de código iguala fisco e cidadão

Página 9

Empréstimos externos são autorizados pelo plenário

PÁGINA 3

Estados ganham crédito para ressarcir perdas

Página 2

Senado apreciou 27 matérias nesta semana

Entre as propostas votadas estão o novo regime jurídico dos diplomatas e funcionários do Serviço Exterior e a prorrogação até 2003 da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para quem ganha acima de R\$ 1.800,00

O novo regime jurídico dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro, inclusive os diplomatas, é uma das 27 matérias aprovadas pelo plenário do Senado nesta semana. O plenário votou também a prorrogação, até 2003, da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das pessoas físicas que ganham mais de R\$ 1.800 mensais ou R\$ 21.600 anuais.

Ainda durante esta semana, 22 matérias foram enviadas à promulgação: quatro autorizações de operações de crédito e concessões de serviços de radiodifusão. O projeto de lei complementar permitindo o estabelecimento de convênios entre a Defensoria Pública da União e as defensorias dos estados foi uma das quatro matérias enviadas à sanção presidencial.

Os senadores decidiram inserir em ata votos de pesar pelo falecimento do dramaturgo Plínio Marcos, do pároco da Catedral de Maceió, Monsenhor José Luiz Soares, e do empresário catarinense Humberto Ghizzo Bertoluzzi.

COMISSÕES

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza encerrou seus trabalhos com a votação do relatório final do deputado Roberto Brant, que propôs três emendas à Constituição, instituindo o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, o Conselho Nacional de Solidariedade, a garantia de renda mínima e o Orçamento Social.

A semana registrou também a eleição do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário, para presidir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou pareceres favoráveis à inclusão de foto digitalizada no título de eleitor e à instalação de número de telefone de acesso gratuito nacional para denúncias de violência contra a mulher. A CCJ também rejeitou emenda de plenário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao projeto que permite a criação de federações de partidos políticos.

A Comissão de Educação (CE) aprovou o aumento da arrecadação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que corresponde à renda líquida de um teste da Loteria Esportiva, para 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais, e também a mudança do nome do Aeroporto de Maceió para Zumbi dos Palmares.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou autorizações de dois empréstimos externos, concessão de aval à emissão de bônus global do Brasil no mercado internacional, e promoveu audiência pública com os governadores Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, e Esperidião Amin, de Santa Catarina, sobre o endividamento dos estados e a Lei Kandir.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouviu o presidente da Associação Brasil 500 Artes Visuais e da Fundação Bienal de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, sobre a organização da mostra em comemoração ao aniversário do descobrimento do Brasil.

Matérias aprovadas pelo Senado

(de 22 a 25 de novembro de 1999)

Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação	22
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	27

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Amorim quer menos encargos na contratação de adolescentes

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) que propõe a redução dos encargos sociais na contratação de mão-de-obra na faixa etária de 14 a 18 anos. Se aprovado, haverá uma redução de 50% no valor das parcelas devidas pelo empregador a título de contribuição ao INSS. O abatimento de 50% poderá se estender também para as contribuições sociais destinadas ao Sesi, Sesc, Sest, Senac, Senai, Senat, Sebrae e Incra e ao financiamento do seguro de acidente de trabalho.

— Precisamos, com urgência, criar incentivos para que as instituições possam contratar legalmente maior número de adolescentes, de sorte que não somente se reduza o número de menores abandonados, também, que se inclua no universo dos trabalhadores registrados o máximo possível da legião de menores que hoje trabalham de forma ilegal e em condições humilhantes — justificou.

A proposta do senador por Rondônia também estabelece a redução para 2% da alíquota referente ao depósito em conta vinculada destinada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. De acordo com o projeto, as instituições que admitirem adolescentes bolsistas terão tratamento preferencial na



Ernandes Amorim sugere redução de 50% em pagamentos a INSS e outras contribuições

obtenção de recursos junto aos órgãos de financiamento federais.

Ernandes Amorim informou que dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1997, mostram que em todo o país 2,5 milhões de menores, entre crianças e adolescentes, na faixa de dez a 14 anos de idade, estão no mercado de trabalho. Deste total, acrescentou o senador, a maior parte está no mercado informal, em regime de economia familiar ou atuando no trabalho doméstico.

Comissão de Orçamento aprova empréstimos para quatro estados

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem parecer favorável a abertura de crédito de R\$ 49 milhões no Orçamento da União para concessão de empréstimos aos estados de Roraima, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará, para ressarcir, parcialmente, as perdas decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), aprovou outro projeto que também abre ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares no valor de R\$ 65,9 milhões para, entre outras destinações, o



Presidida por Mestrinho, comissão também aprovou projeto que permite créditos suplementares para Pronaf e custeio agropecuário

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o custeio agropecuário; R\$ 3,6 milhões em favor da Justiça Eleitoral; R\$ 1,9 milhão também para a Justiça Eleitoral e o Ministério Público; e ainda o

relatório que autoriza a execução orçamentária para o término das obras de construção da rodovia BR-342/MG, trecho Araguaí-Salinas. As matérias ainda deverão ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

Plenário autoriza dois empréstimos externos

Programa de apoio à gestão municipal receberá US\$ 300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento e projeto destinado a melhorar desempenho do ensino fundamental terá US\$ 202,3 milhões do Banco Mundial

O plenário do Senado aprovou ontem a contratação, pela União, de dois empréstimos externos, no valor de US\$ 300 milhões e de US\$ 202,30 milhões, para financiar, respectivamente, a melhoria da eficiência administrativa e do desempenho do sistema de ensino fundamental. As duas matérias vão agora à promulgação.

O primeiro empréstimo (US\$ 300

milhões) deverá ser contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que tem como objetivo melhorar a eficiência administrativa, a racionalização e a transparência na gestão fiscal. O parecer do senador Luiz Estevão

Álvaro Dias ressaltou necessidade de modernização dos municípios brasileiros



(PMDB-DF), pela autorização do empréstimo, fora aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao justificar em plenário o voto favorável a esse projeto de resolução, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a necessidade de modernização dos municípios brasileiros. Observando que tem sido muito cuidadoso na análise de pedidos de empréstimos, Álvaro afirmou que a causa maior da crise fiscal dos municípios talvez seja o conservadorismo das práticas administrativas.

Já o segundo empréstimo, de US\$ 202,30 milhões, deverá ser feito jun-

to ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda de três etapas do Programa de Fortalecimento da Escola, cujo objetivo é a melhoria do desempenho do ensino fundamental nas regiões menos desenvolvidas do país. O parecer pela autorização, do senador Osmar Dias (PSDB-PR), havia recebido aprovação unânime na Comissão de Assuntos Econômicos.

Renovadas concessões de emissoras

A renovação da permissão e da concessão para cinco emissoras de rádio nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais foi aprovada ontem pelo plenário. Essas matérias serão enviadas à promulgação.

As permissões são outorgadas à Rede Norte Sul de Comunicação, de Porto Alegre (RS) e à Rádio Estância, de São Lourenço (MG). Já as renovações de concessão referem-se à Emissora Santuário Serafinense, de Serafina Corrêa (RS); à Rádio e TV Portovisão, de Porto Alegre (RS), e à Sociedade Rádio Montanha, de Viçosa (MG).



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 119, de 1999 (MSF 189/99). CAE. Autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Relator: Senador Luiz Estevão.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999 (nº 480/99, na Casa de origem). Altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares, no estado de Alagoas.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Resolução nº 118, de 1999 (MSF 181/99). CAE. Autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 202.030.000,00, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), para financiamento parcial do Projeto Fundescola II. Relator: senador Osmar Dias.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (substitutivo da Câmara). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal, e dá outras providências (regulamenta a adoção de medidas provisórias). Relator: senador José Fogaça.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999. Lúcio Alcântara e outros. Assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. Relator: senador José Fogaça.

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 1998. Renova a permissão outorgada à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. para explorar emissora de rádio FM em Porto Alegre (RS). Relatora: senadora Emilia Fernandes.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1998. Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para emissora de rádio OM em Porto Alegre (RS). Relatora: senadora Emilia Fernandes.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1998. Renova a concessão da Emissora Santuário OM de Serafina Corrêa (RS). Relatora: senadora Emilia Fernandes.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

9

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1998. Renova a permissão outorgada à Rádio Estância FM de São Lourenço (MG). Relator: senador Francelino Pereira.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

10

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1999. Renova a concessão da Sociedade Rádio Montanha OM em Viçosa (MG). Relatora: senadora Luzia Toledo.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Zumbi dará nome a aeroporto de Maceió

Só falta agora a sanção do presidente da República para que o aeroporto da capital do estado de Alagoas passe a se chamar Aeroporto de Maceió – Zumbi dos Palmares. Projeto nesse sentido – de autoria do deputado Regis Cavalcante – foi aprovado ontem pelo plenário.

Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) destacou que a alteração do nome do aeroporto é uma justa homenagem à memória de

Heloísa Helena pretende homenagear Dandara, que participou de luta contra escravidão

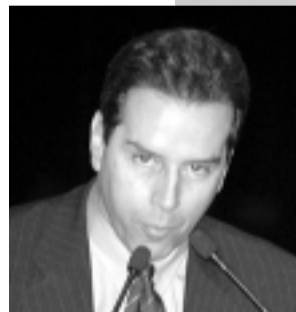
Zumbi, o símbolo da consciência negra no país. Recentemente, o plenário aprovou e foi enviada à Câmara proposta similar da senadora Heloísa Helena (PT-AL), na qual homenageia, além de Zumbi, a lendária Dandara, que também participou ativamente nas lutas contra a escravidão, segundo a senadora.



Cães perigosos terão de usar coleira e focinheira

O Senado resolveu proibir a circulação em áreas públicas de cães perigosos, a menos que usem coleira e focinheira. Aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria foi enviada agora para a Câmara, onde será apreciada pelos deputados. A iniciativa responsabiliza civil e criminalmente o dono do cão se o animal atacar uma pessoa, mas não prevê o sacrifício de animais.

De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto foi votado mediante substitutivo do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, como não houve re-



Luiz Estevão apresentou projeto que responsabiliza dono do cachorro

curso para que fosse apreciado em plenário, seguiu diretamente para a Câmara. Na mesma situação foi aprovado projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) regulamentando a transferência de estudantes de nível superior quando forem servidores públicos.

Foi ainda aprovado e enviado à Câmara projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) determinando que os processos penais relativos a crimes contra a liberdade sexual ocorram em segredo de Justiça.

TV mostra no fim de semana *Aquelas Noites do Rio*

A TV Senado apresenta amanhã e domingo, às 22 horas, o programa *Aquelas noites do Rio*. O programa retrata a época em que Juscelino Kubitschek, candidato à Presidência da República, prometeu que, sendo eleito, iria transferir a capital do país para o Planalto Central e mostra a vida noturna da então capital do país, tendo sempre por contraponto a construção de Brasília, tornada realidade ao fim do mandato presidencial.

Aquelas noites do Rio tem roteiro pontuado por músicas de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Johnny Alf, João Donato, Lupiscínio Rodrigues, Billy Blanco, Noel Rosa, Dorival Caymmi, Dolores Duran e Jota Júnior, interpretadas por advogados, jornalistas, diplomatas, médicos, empresários, músicos e socialites de Brasília.

Judiciário deve ser reformado, defende relator



Ao lado de Tebet, Souto (E) lê seu relatório e afirma que a Justiça não é apenas lenta e ineficaz, mas também vulnerável aos desvios de comportamento de seus componentes

O relatório final do senador Paulo Souto (PFL-BA) sobre as atividades da CPI do Judiciário, aprovado ontem por unanimidade, aponta a necessidade de uma reforma do Estado que atinja “com toda a profundidade possível” o Poder Judiciário, incluindo mecanismos de controle social. O relatório faz um resumo de todos os casos examinados pela CPI, nos seus 242 dias de trabalho, e conclui que o Judiciário padece de graves problemas, como contratações irregulares de pessoal, nepotismo, facilidades na concessão de vantagens salariais, irregularidades na avaliação de bens a serem adquiridos, editais de licitação em completo desacordo com a legislação vigente e incapacidade no acompanhamento e fiscalização de obras de grande porte.

A excessiva independência do Poder Judiciário, segundo Paulo Souto, contribui para as irregularidades. Ele disse que os problemas vividos por esse poder são “generalizados”, exigindo um novo desenho em suas estruturas de apoio. Os problemas, acrescentou, “revelam também uma certa despreocupação, estimulada pela idéia de uma independência que quase tudo permite”.

— O exame de poucos casos durante os trabalhos da CPI do Judiciário foi suficiente para mostrar a extrema gra-

vidade do momento atual da Justiça brasileira. Como era de se esperar, a exposição do funcionamento do Judiciário revelou em toda a sua intensidade que esse poder sofre dos mesmos males que afetam outros segmentos de nossa sociedade e que, por isso mesmo, não se justificaria que não se submetesse ao controle social indispensável ao seu funcionamento a serviço da nossa população — afirmou o relator.

Souto apontou também problemas de natureza estrutural na Justiça, como

a “lentidão insuportável” nos exames de processos, o que a torna desacreditada diante da população. Além dos problemas estruturais, o relator disse que a CPI conseguiu mostrar a existência de decisões judiciais “esdrúxulas”, quase sempre associadas, segundo ressaltou, “a suspeitas muito fortes de que estariam ligadas a desvios de comportamento de magistrados”.

— Não se trata apenas de uma Justiça lenta e ineficaz, mas também vulnerável, pelas deficiências de seus controles internos e pelo seu caráter corpora-

tivo extremado, aos desvios de comportamento de alguns de seus componentes, desvios estes existentes em qualquer área, mas que, no Judiciário, encontram obstáculos intransponíveis para sua correção. E a esse tipo de deformação o Judiciário tem se mostrado alheio, como se nada estivesse acontecendo — concluiu o relator.

A grande capacidade de autoproteção do Judiciário, observou o senador, proporcionou a eclosão de problemas graves e “profundas deformações” no comportamento de alguns

de seus componentes, inclusive nos planos ético e moral. Para Souto, o país passa por “uma nova onda” de sentimentos éticos, que já afastou um presidente da República, cassou parlamentares e puniu funcionários públicos, exigindo ainda nova atitude de empresários em relação aos consumidores. Essa “onda”, acrescentou, ainda não conseguiu uma nova postura da Justiça em relação aos seus integrantes ou o convencimento da sociedade de que cabe a ela participar ativamente do controle do Poder Judiciário.

Indícios contra desembargadores de MT são enviados ao Ministério Público

O relatório da CPI do Judiciário sobre as irregularidades no âmbito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, aprovado ontem por unanimidade, concluiu que os desembargadores Odiles Freitas de Souza e Atahide Monteiro da Silva podem ter cometido prevaricação e corrupção passiva. De acordo com o documento, o empresário Josino Pereira Guimarães pode ter cometido os crimes de concussão e exploração de prestígio.

Diante das informações apuradas pela CPI, o relator Paulo Souto pede à Procuradoria Geral da República que complemente as investigações sobre a possibilidade de Josino Guimarães ter intermediado a venda de uma decisão favorável em recurso de agravo, que foi julgado pelo TJMT. O relator também propõe a abertura de um inquérito no Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de confirmar ou não a participação dos dois magistrados no caso.

De acordo com Paulo Souto, as incontáveis ligações telefônicas entre Josino Guimarães e Odiles Freitas, além do relacionamento econômico confirmado entre os dois, indicam a necessidade da abertura do inquérito. O relator ressaltou que na quebra do sigilo telefônico do magistrado foi confirmada a existência de telefonemas par-

tindo do aparelho celular do empresário para o do desembargador, no período em que o advogado Marco Aurélio Rodrigues Ferreira (representante de uma das partes interessadas no julgamento) teria conversado sobre a negociação da decisão com o magistrado.

Da mesma forma, um possível envolvimento entre Josino Guimarães e Atahide Monteiro, a existência de ligações telefônicas que partiram do empresário para o magistrado, a negativa de Josino em depor na CPI e negar os fatos, a participação do desembargador votando no julgamento de acordo com o resultado que teria sido comprado também apontam, de acordo com o

relator, a necessidade de o desembargador ser investigado pelo STJ. A CPI também sugere que o TJMT instaure procedimento contra Odiles Freitas e Atahide Monteiro.

Sobre o caso da transferência da traficante Maria Luiza Almirão dos Santos, que também envolveu membros do TJMT, o relatório concluiu que o juiz Daniel Antônio Souza Accioly prestou falso testemunho à comissão, quando afirmou que não havia recebido depósitos em suas contas correntes de dinheiro vindo do estado de Mato Grosso. O magistrado de Alagoas também pode ter cometido o crime de concussão, segundo a conclusão do relator Paulo Souto.

Interferência em processo de herança

A CPI do Judiciário encontrou indícios de prática de prevaricação pelos desembargadores Ernani Vieira de Souza e Odiles Freitas de Souza nas investigações sobre as interferências indevidas que teriam sido exercidas por Ernani Vieira no curso normal dos processos sobre a herança deixada pelo seu padasto, Péricles Rondon, em que ele é parte ou diretamente interessado.

Baseado nas investigações, o relator Paulo Souto concluiu que, valendo-se da posição de magistrado, Ernani Vieira interferiu por duas vezes na trami-

tação dos processos. A primeira quando se manifestou por escrito no processo, ao invés de simplesmente declarar que era impedido de julgar e determinar a redistribuição dos autos de exceção que lhe foram endereçados. A segunda foi quando escreveu bilhetes contendo a fundamentação a ser empregada por Odiles Freitas para negar seguimento a um recurso especial sobre o assunto. Por estes motivos a CPI está solicitando à Procuradoria Geral da República que complemente as investigações sobre o envolvimento dos dois magistrados.

Corregedoria é chamada a investigar juiz de Goiás

As investigações feitas pela CPI do Judiciário demonstraram que é duvidosa a atuação do juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, na condução do processo de concordata e falência da Encol, que prejudicou seus 42 mil mutuários. Segundo o relatório do senador Paulo Souto sobre o caso Encol, aprovado ontem pela CPI, o juiz exerceu influência na designação de Habib Tamer Elias Merhi Badião como preposto do comissário e como comissário da concordata da Encol.

— Acreditamos que os procedimentos do juiz Avenir devem ser objeto de investigação por parte da Corregedoria do Tribunal de Justiça do estado de Goiás — afirmou Paulo Souto. O relator concluiu ainda que, embora sem provas materiais, houve testemunho à CPI sobre a ocorrência da entrega de uma sacola contendo cerca de US\$ 1 milhão na casa do juiz por Badião e Micael Heber Mateus.

A CPI, por meio de investigações e de vários depoimentos, descobriu depósitos milionários nas contas de Badião, no valor de R\$ 3,7 milhões, cuja origem e destinos necessitam de investigações que não puderam ser concluídas pela comissão, segundo Paulo Souto. Por esse motivo, ele recomenda que tais investigações devam ser continuadas pelo Mi-

nistério Público, com o objetivo de apurar se esses depósitos se relacionam com o processo de concordata da Encol, a partir de novembro de 1997.

— As investigações da CPI revelaram que a Encol, durante o processo de concordata e falência, movimentava a maior parte de seus recursos em nome de uma empresa denominada Master Auditores, numa espécie de caixa dois — afirmou o relator.

Em seu relatório, Souto solicita à Receita Federal a cobrança de tributo e a aplicação de multa para Micael Mateus, relativas ao resultado, não declarado, de venda de gado no valor de R\$ 600 mil, que teriam sido utilizados para pagar propina ao juiz Avenir Oliveira. O senador pede ainda que seja instaurado processo criminal para punir a prática de delito de sonegação fiscal, confessado pelo próprio Micael Mateus, em depoimento à Polícia Federal, por solicitação da CPI.

Souto pede também à Receita Federal que examine a procedência dos recursos encontrados nas contas de Badião e a possibilidade de sua tributação. O senador ressaltou que são recursos que têm relação com a Encol e lembrou que existem milhares de famílias prejudicadas com a concordata e falência da empresa.

Paulo Souto quer que CPIs tenham poder para bloquear bens

Nos capítulos destinados a sugestões e recomendações gerais, do relatório final da CPI do Judiciário, está incluída a proposta de alteração na Constituição para que as comissões parlamentares de inquérito tenham poderes acautelatórios e, portanto, possam decretar a indisponibilidade de bens. Como nem todos os senadores concordaram com a opinião do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), o presidente, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), resolveu que o pensamento de cada senador contrário fosse incluído também no relatório.

O primeiro a se posicionar contra a sugestão para que as CPIs passem a dispor de poderes para decretar indisponibilidade de bens

foi o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Em vez disso, ele propôs que seja alterada a legislação para que as comissões parlamentares de inquérito possam estipular um prazo para que o Judiciário se posicione sobre o pedido de indisponibilidade em caráter de urgência.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com a sugestão e pediu que fosse feito, em nome da CPI, um apelo à Câmara dos Deputados para que o projeto que prioriza as investigações das conclusões apresentadas por comissões parlamentares de inquérito, bem como os processos envolvendo fun-

cionários e administradores pelo uso indevido de dinheiro público, tenha sua tramitação agilizada. Ele também propôs a unificação dos processos policial e judicial.

Já os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Geraldo Althoff (PFL-SC) posicionaram-se favoráveis a que a CPI tenha plenos poderes para cumprir o seu papel. Eles argumentaram que, por funcionar em caráter de excepcionalidade, as comissões parlamentares de inquérito também têm que dispor de poderes excepcionais para merecer credibilidade e respeitabilidade. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) discordou. Ele observou que a CPI tem caráter investigatório e não pode julgar.

Outra das sugestões apresentadas no relatório final da CPI foi a elaboração de uma nova lei que discipline as atividades das comissões parlamentares de inquérito, de acordo com as deci-

sões do Supremo Tribunal Federal. A matéria disciplinaria, entre outros assuntos, os poderes das CPIs. Também constam das recomendações gerais a instituição do controle externo do Poder Judiciário e a elaboração de uma nova lei que defina os crimes de responsabilidade.



Jefferson sugere prazo para decisão do Judiciário sobre bloqueio de bens



ACM elogia trabalhos e prevê mudança na Justiça

Presidente do Senado sugere criação de um serviço "Disque-Denúncia" para dar continuidade ao papel da CPI na investigação de irregularidades

Ao congratular os trabalhos da CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que dificilmente uma outra comissão parlamentar de inquérito terá maior êxito e sugeriu a criação de um serviço "Disque-Denúncia" para dar continuidade ao papel desempenhado pela comissão na investigação de irregularidades. Ele elogiou o presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), o vice-presidente Carlos Wilson (PPS-PE), o relator Paulo Souto (PFL-BA) e os demais membros da comissão, pela imparcialidade e serenidade.

Antonio Carlos lançou a idéia de criar o "Disque-Denúncia" ao comentar requerimento apresentado pelo senador Carlos Wilson propondo a criação de uma comissão de seis senadores para acompanhar as decisões dos órgãos competentes sobre os casos

investigados. O presidente do Senado acha que poderia ser criada uma sub-comissão, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também viria a operar o serviço.

OPOSIÇÃO

Em seu pronunciamento na CPI, o presidente do Senado também agradeceu a participação, na comissão, dos senadores do Bloco Oposição. Ele lembrou que, logo que sugeriu a instalação da CPI do Judiciário, alguns membros de partidos de esquerda manifestaram sua preocupação com a possibilidade de os trabalhos irem além da conta e arranharem o relacionamento entre os dois poderes.

— Quando lancei a idéia da CPI, dúvidas existiam. Muitos achavam que o presidente do Senado interferiria na comissão, mas em nada participei, a não ser com a minha presença.

Fico feliz que os resultados alcançados tenham sido muito maiores do que o esperado. Quem diz isso não sou eu, mas a sociedade brasileira, agradece — afirmou o senador.

Anunciando que, em

pronunciamento no plenário, fará um balanço sobre os trabalhos da CPI do Judiciário, Antonio Carlos informou que serão publicados três volumes com todo o relatório da comissão e as denúncias recebidas pelo Senado que mereçam ser registradas. Ele disse que o material será encaminhado para diversos órgãos, entre eles o Ministério Público da União.

Antonio Carlos afirmou que a CPI do Judiciário e seus resultados marcarão a história do Senado brasileiro e farão com que a Justiça não seja a mesma de antes das investigações parlamentares. Na avaliação do senador, os resultados da CPI "mostram que o Judiciário precisa mudar, porque é a vontade do povo". Se o Judiciário não mudar, destacou ele, "ficará em situação difícil perante a sociedade".



Antonio Carlos (ao lado de Carlos Wilson) afirma na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que, se o Judiciário não mudar, ficará em situação difícil perante a sociedade

CPI do Narcotráfico receberá denúncias sobre desembargador

As conclusões da CPI do Judiciário sobre a menção feita pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral de que o desembargador Odiles de Freitas Souza, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, teria participação no tráfico internacional de drogas serão encaminhadas à CPI do Narcotráfico, da Câmara, a pedido do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA). Com isso, a comissão parlamentar de inquérito do Senado quer que as investigações sejam aprofundadas.

Uma das denúncias de Leopoldino do Amaral, juiz assassinado no início de setembro, foi que Odiles Freitas teria uma embarcação que seria utilizada para levar aos traficantes material para refino das drogas e que o barco teria afundado quando trans-

portava esse tipo de mercadoria. Segundo informações que chegaram à CPI, o iate teria sido explodido em missão sigilosa da Polícia Militar de Mato Grosso e da Polícia Federal, por estar transportando éter e acetona.

Em depoimento à CPI, Odiles Freitas alegou que a embarcação não mais lhe pertencia na época em que afundou, pois ele já a teria vendido dois anos antes. O relatório da CPI informa que, apesar de haver registros que comprovam a venda, existem informações de que o registro do iate no cartório teria sido adulterado para sustentar a versão do magistrado, e que por este motivo ele teria sofrido uma correição e sido punido pela falsificação. O relator Paulo Souto quer que o assunto seja apurado.

Senadores levarão conclusões a Brindeiro

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovada por unanimidade, o presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o vice-presidente, senador Carlos Wilson (PPS-PE), o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), e os demais membros da comissão que assim o desejarem entregarão pessoalmente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, cópia do relatório final sobre as investigações realizadas

pela CPI do Judiciário.

Segundo Pedro Simon, com esta atitude os integrantes da CPI do Judiciário poderão dizer ao procurador-geral que confiam no seu trabalho e que o Senado está atento ao desenrolar das investigações iniciadas pela comissão parlamentar de inquérito. A idéia de permitir a participação de todos os membros na audiência com Brindeiro foi do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Logo depois que os integrantes da

CPI aprovaram a proposta de Simon, Ramez Tebet determinou à assessoria da comissão que agendasse a audiência com Geraldo Brindeiro. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também defendeu a realização do ato formal para entrega do relatório. O senador Carlos Wilson sugeriu que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também fosse convidado a participar da entrega da cópia do relatório ao procurador-geral.

Comissão aprova relatório por unanimidade

Documento elaborado pelo senador João Alberto solicita ao Ministério Público que promova responsabilização civil e criminal de ex-diretores do Banco Central e de banqueiros que compraram dólares a preços favorecidos em janeiro

Depois de sete meses e dez dias de trabalho e de ouvir o depoimento de 41 pessoas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investigou denúncias de irregularidades no sistema financeiro aprovou ontem por unanimidade o relatório final apresentado pelo senador João Alberto (PMDB-MA).

No documento, ele pede ao Ministério Público que promova a responsabilização civil e criminal dos ex-diretores do Banco Central no cargo em meados de janeiro e

to no Exterior (Fiex).

A pedido da CPI, o Ministério Público também deverá promover ações civil e penal contra ex-diretores do Banco do Brasil no cargo em 1995, por causa de transações da instituição com a construtora Encol, apontadas pelo senador João Alberto como típicas de "favorecimento". Ele considerou abuso de poder de ex-diretores do BB um inquérito administrativo que acabou por punir apenas funcionários subalternos que tinham trabalhado no caso Encol.

Além do pedido de responsabilização, a CPI do Sistema Financeiro propôs em seu relatório várias mudanças de legislação "para evitar a repetição de fatos como o favorecimento na venda de dólares a dois tamboretos", na expressão do senador João Alberto. Ao Senado, recomenda-se que seja criada uma comissão permanente para tratar exclusivamente do sistema financeiro. O Tribunal de Contas da União fica encarregado de auditorias no BC e no BB para apurar prejuízos.

de banqueiros que compraram dólares a preços favorecidos. O senador solicita ainda que sejam responsabilizados "agentes públicos e privados" que autorizaram algumas operações do programa do BC de saneamento do sistema bancário (Proer).

Também são requeridas providências contra ex-diretores do BC que permitiram a remessa ao exterior de forma irregular de aproximadamente R\$ 400 milhões pelo Fundo de Investimen-



A comissão pediu mudanças na legislação para evitar repetição de casos de "favorecimento"



Relator diz que CPI produziu efeitos antes da conclusão dos trabalhos

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse ontem que a comissão produziu efeitos muito antes do término dos seus trabalhos, já que o governo foi pressionado a mudar a legislação para disciplinar e dar transparência a operações financeiras. No total, foram editadas 20 normas – 12 circulares, dois comunicados e uma carta-circular do Banco Central e cinco resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Um desses normativos, a Resolução 2.606, de 27 de maio, limita a exposição das instituições financeiras no mercado futuro de dólar e em ouro.

Em seu balanço dos trabalhos da CPI, João Alberto citou o período de atividade da comissão como um momento histórico, pelo fato de os senadores terem enfrentado "os escaninhos e a força do sistema financeiro" num momento em que o poder do sistema transcende o próprio Estado nacional, resultando de forças em nível global.

– Foi necessário que ocorresse a falência da tentativa de se administrar a taxa de câmbio, com o beneficiamento de duas pequenas instituições para que a sociedade tornasse possível a ocorrência desta CPI – disse o senador.

João Alberto e o presidente da comissão, senador Bello Parga (PFL-MA), recordaram as dificuldades en-

frentadas pela comissão ao longo dos últimos sete meses, principalmente por não contar "com o apoio irretido do Banco Central".

– A partir de agosto, registraram-se comentários de que a CPI não daria em nada, terminaria em *pizza*. Enganaram-se mais uma vez e de forma gritante – disse João Alberto.

Além das investigações dos casos Marka, FonteCindam e Encol e do Programa de Saneamento e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), a CPI também se debruçou sobre a análise da evasão fiscal. João Alberto considerou da maior importância a exposição realizada na comissão pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que deu números sobre a pequena participação dos bancos na carga tributária e as brechas legais usadas pelas grandes empresas para diminuir ou deixar de pagar impostos. Graças à presença de Everardo, o Poder Executivo acabou editando duas medidas provisórias regulamentando problemas diagnosticados pela CPI, conforme João Alberto.

O senador lembrou também da participação do procurador da República no Paraná, Celso Antônio Três, que revelou mecanismos para a transferência de recursos ao exterior por meio das contas CC-5 (abertas por não residentes no país), com prejuízo para os cofres públicos.

Sugestões sobre funcionamento de contas CC-5 são incorporadas

O relatório final da CPI do Sistema Financeiro, lido ontem pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), vai incorporar sugestões relativas ao funcionamento das contas CC-5 (abertas em bancos oficialmente por não residentes no Brasil). Uma dessas sugestões, do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), prevê que as contas fiquem concentradas em seis bancos para facilitar a fiscalização por parte do Banco Central e da Receita Federal.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), responsável pela investigação das CC-5, propôs que 758 nomes (413 pessoas físicas e 345 empresas) fossem investigados pelo Ministério Público, órgão ao qual a CPI enviará cópia do seu relatório. Freire propôs ainda que cada operação em conta CC-5 somente se realize depois da apresentação de certidão negativa da Receita Federal, provando que os recursos estão livres do pagamento de impostos. Esta última sugestão não será incorporada ao relatório,

mas encaminhada para exame na futura comissão do Senado encarregada de cuidar da área financeira.

Falando em nome do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) observou que muitas normas legais foram mudadas em função da CPI, que também alterou o comportamento de dirigentes de instituições e entidades financeiras.

Para Roberto Saturnino, a CPI obrigou o governo a mudar normas, mas mostrou que o Senado não está tecnicamente aparelhado para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no setor financeiro. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) propôs que o Congresso Nacional crie um mecanismo de acompanhamento das investigações a serem feitas pelo Ministério Público e pela Justiça com base no relatório da comissão.

Os crimes e irregularidades investigados ou que vieram à tona durante o funcionamento da CPI deveriam receber especial atenção do Ministério Público, segundo o senador Romeu Tuma

(PFL-SP). O senador Roberto Freire (PPS-PE) chamou a atenção para a responsabilidade do Judiciário na continuação das investigações e na punição dos culpados.

– Aqui não está acabando em *pizza*. A *pizza* é lá – afirmou Freire.

Os trabalhos da CPI revelaram-se históricos, para o senador José Alencar (PMDB-MG), e levarão a uma mudança na condução dos negócios públicos. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou a postura ética e legal dos membros da CPI que tiveram acesso a dados sigilosos, mas não deixaram que vazassem.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) referiu-se à importância das conclusões da CPI, mas lembrou que ficou faltando o depoimento do ministro Pedro Malan, aprovado pelos membros da comissão e não realizado por decisão do relator.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o governo por ter gasto R\$ 12,9 bilhões das reservas bancárias com o Programa de Saneamento e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer). O senador criticou ainda o Supremo Tribunal Federal (STF) por inicialmente ter prejudicado as investigações ao impedir o uso de informações obtidas por meio da quebra de sigilo bancário e da busca e apreensão de documentos.

Diretor de Fiscalização do BC é criticado

O senador Jader Barbalho criticou ontem o diretor de Fiscalização do Banco Central, Luiz Carlos Alvarez, pelas explicações que deu no caso das informações sobre os gastos da instituição com o Programa de Saneamento e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer). Ao dizer que realmente destinou R\$ 12,9 bilhões para salvar bancos, mas por meios das reservas bancárias (dinheiro depositados compulsoriamente no BC), Alvarez só teria confirmado a má utilização de recursos públicos, na opinião de Jader.

No relatório específico sobre o Proer que entregou ao relator da CPI, sena-



Jader acusa Alvarez de ter escondido informações da comissão

dor João Alberto Souza (PMDB-MA), Jader acusa Alvarez de ter "escondido" as informações sobre os gastos de R\$ 12,9 bilhões no meio de um calhamaço de relatórios, deixando de apontar claramente o fato à comissão. Em contato na quarta-feira com João Alberto, Alvarez explicou que a informação estava registrada como observação no rodapé de um quadro enviado no

dia 15 de junho à CPI.

O quadro contém o saldo devedor total gerado pelas operações do Proer relativas aos bancos Bamerindus, Nacional, Econômico, Banorte, Crefisul e

Mercantil. Diz o relatório: "O saldo devedor total a ser coberto com recursos do Banco Central era, na época, de R\$ 37,7 bilhões, sendo R\$ 22,9 bilhões de empréstimos vencidos e vincendos do Proer e R\$ 14,8 bilhões de reservas bancárias (R\$ 12,9 bilhões) e de promissórias do Fundo Garantidor de Crédito (R\$ 1,9 bilhão)".

– Ele deveria ter colaborado antes, em vez de fiscalizar o Senado – disse Jader, que lembrou do questionamento feito por Alvarez sobre *quorum* para a aprovação de requerimentos de informação ao BC. Para descobrir a utilização do dinheiro das reservas bancárias, o senador recorreu ao trabalho de funcionários aposentados do Banco Central.

– O Banco Central não mentiu; apenas não foi claro – declarou João Alberto após a aprovação do relatório.

Senadores comprovam quatro das oito denúncias

Foram demonstradas as irregularidades na venda de dólares aos bancos Marka e FonteCindam, nos negócios entre a Encol e o BB e no Fiex, assim como os problemas no saneamento financeiro da rede bancária privada

Ao pedir a instalação da CPI do Sistema Financeiro, em 29 de março passado, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e presidente nacional do partido, listou oito denúncias para investigação. Quatro delas tinham fundamento, conforme o relator, João Alberto Souza (PMDB-MA). Uma denúncia não foi investigada, pois a Receita Federal já estava tratando do assunto (sonegação de impostos pelos bancos). Três denúncias não puderam ser confirmadas.

A CPI confirmou ilegalidades na principal denúncia: irregularidades na venda de dólares pelo Banco Central (BC), a preços favorecidos, aos bancos Marka e



FonteCindam. São solicitadas providências civis e criminais contra os responsáveis. Os senadores apuraram também irregularidades nos negócios entre o Banco do Brasil (BB) e a construtora Encol. Caberá ao Ministério Público oferecer as denúncias à Justiça.

Também foram confirmadas as fraudes na retirada de R\$ 400 milhões do Brasil, através do Fundo de Investimentos no Exterior (Fiex). A quarta denúncia comprovada pelas investigações refere-se ao programa de saneamento financeiro do BC conhecido como Proer.

Os senadores não conseguiram con-

firmar o vazamento de informações da desvalorização cambial do último mês de janeiro. "Não foi possível comprovar, mas também não se teve como desmentir cabalmente a suspeita", afirmou o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA).

Também não houve como investigar notícia, divulgada pela imprensa, de que os bancos teriam "se colocado a salvo" na época da desvalorização, enquanto correntistas perderam dinheiro.



A CPI deixou a carga da Receita a apuração de sonegação fiscal por parte dos bancos

Governo federal divulgou informações incorretas sobre o Proer, conclui Jader

O relatório sobre as investigações do programa de saneamento financeiro executado pelo Banco Central (Proer) afirma que há indícios de irregularidades em várias operações. O Banco Central é acusado de "tentar esconder" o déficit nas operações do Proer e de adotar critérios de correção de ativos e passivos "favoráveis aos bancos" que sofreram liquidação, o que, com o tempo, reduzirá significativamente os valores a serem devolvidos ao BC.

Preparado por Jader Barbalho (PMDB-PA), o sub-relatório sobre o Proer sustenta que as autoridades brasileiras, "inclusive o presidente da República", apresentaram informações incorretas sobre a forma como o Proer foi financiado. Ele considera "um insulto à inteligência dos contribuintes" a afirmação de que o Proer usou "recursos do sistema" oriundos de depósitos compulsórios. Esse dinheiro, sustenta, pertence aos bancos, mas um dia o BC terá de devolvê-lo, e a conta ficará para o contribuinte.

O senador criticou ontem, durante a votação do relatório, o BC por nunca ter informado que estava usando R\$ 12,9 bilhões da reserva bancária (depósito dos bancos no BC) no Proer. Por

não confiar nos números do BC, a CPI contratou auditores independentes, que concluíram que dificilmente o BC receberá de volta R\$ 28,2 bilhões dos R\$ 43,3 bilhões gastos no programa.

Segundo o documento, o BC conduziu o Proer com "pouca transparência" e "pouca competência". Toda documentação será enviada ao Ministério Público para embasar ações judiciais que permitam "responsabilizar os agentes públicos e privados que, por ação ou omissão, cometeram atos ilícitos". A CPI cobra o ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos.

Entre os atos apontados como ilícitos está a aceitação, pelo valor de face, de títulos podres de várias instituições, especialmente do Banco Nacional, como garantia para os empréstimos do Proer, títulos que eram negociados normalmente no mercado com elevados deságios. O senador aponta ainda "eloqüentes indícios de favorecimento" ao grupo inglês HSBC no processo de compra do Bamerindus.

O relatório pede ainda ao Ministério Público a responsabilização do atual diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, ex-interventor no Bamerindus,

"na provável compra de US\$ 900 milhões em títulos da dívida externa brasileira", dois dias após a intervenção. Alvarez é o único diretor do BC citado nominalmente nas recomendações ao Ministério Público.

Jader quer ainda que os procuradores públicos ampliem as investigações sobre a condução, para ele irregular, do Banco Central na venda do Econômico ao Excel. O Excel, conforme o relatório, comprou o Econômico com apoio do BC apesar de possuir um patrimônio líquido cinco vezes inferior ao do Econômico antes da negociação. O senador tachou o negócio como sendo "sardinha engolindo tubarão".

Os consultores independentes e os técnicos da Consultoria Legislativa do Senado, conforme o relatório, identificaram "manobras administrativas e contábeis" que prejudicaram fortemente os acionistas minoritários dos bancos negociados ao amparo do Proer. Jader diz que houve "flagrante favorecimento" do BC aos bancos compradores, ao permitir que eles desviassem dinheiro de cadernetas de poupança "para atividades especulativas", ao invés de aplicá-lo na área imobiliária.

Ex-diretores de bancos podem ter de devolver R\$ 1,57 bilhão

Toda a diretoria do Banco Central na data da desvalorização do real, a começar pelo então presidente Francisco Lopes, é responsabilizada no relatório final da CPI pela venda de dólares a preços favorecidos, concretizada em meados de janeiro, aos bancos Marka e FonteCindam.

O relatório final aprovado pela comissão atribui à antiga diretoria da instituição a prática de peculato (apropriação de bem público por parte de funcionário público ou seu desvio em favor de outros).

Já o ex-dono do Banco Marka, Alberto Salvatore Cacciola, e os controladores do Banco FonteCindam teriam incorrido em tráfico de influência e gestão temerária (excesso de risco cambial), crimes previstos no Código Penal, na legislação bancária e na Lei do Colarinho Branco.

O relatório aprovado pede ao Ministério Público que promova ação penal contra todos eles, para recuperar os prejuízos do BC com a venda dos dólares aos dois bancos. Os prejuízos, conforme o relator João Alberto,

teriam chegado a R\$ 1,57 bilhão. Os servidores da Diretoria de Fiscalização e os procuradores do BC, conforme o relatório, não cumpriram a lei e permitiram o salvamento do Marka, quando ele deveria ter sido liquidado extrajudicialmente.

O senador João Alberto sustenta que não havia risco de quebra deira do sistema financeiro em meados de janeiro, véspera da desvalorização cambial, e, portanto, a diretoria do BC não poderia ter usado dinheiro público para vender dólares ao Marka e ao FonteCindam a preços favorecidos.

O relatório final acrescenta que Salvatore Cacciola se valeu de um amigo de Francisco Lopes para interferir na operação em favor do Marka, o que contraria o Código Penal (tráfico de influência).

Os ex-diretores e funcionários do BC também teriam incorrido em falsidade ideológica, por terem, entre outras coisas, solicitado à Bolsa de Mercadorias & Futuros uma carta justificando a venda dos dólares, apesar de a operação já ter sido decidida.

Documento aponta sinais de improbidade no caso Encol

O relatório final da CPI pede ao Ministério Público que dê início a ações cíveis e criminal contra ex-diretores do Banco do Brasil (BB) que trataram de negociações com a construtora Encol em 1995 e 96, por existirem indícios de improbidade administrativa. As investigações sobre o caso foram conduzidas pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que condenou a decisão do BB de rolar as dívidas da Encol. O correto, concluiu ele, seria o lançamento no balanço como prejuízo.

Bezerra diz que a diretoria do BB perdeu-se em alternativas protelatórias enquanto a situação da empresa se agra-

vava. A diretoria do banco também cometeu erro ao permitir a substituição de garantia representada pela obra do Hotel Ramadah, que a Encol construiu em São Paulo, por imóveis residenciais já vendidos a terceiros. Com isso, o BB recebeu apenas um terço do valor do hotel.

O documento pede aos procuradores da República providências judiciais contra abuso de poder dos diretores do BB que participaram da aplicação de penalidades a funcionários subalternos mediante inquérito administrativo que desrespeitou normas constitucionais e a própria Lei do Processo Administrativo.

Banco Central admitiu uso irregular do Fiex

O próprio Banco Central (BC) confirmou à CPI do Sistema Financeiro que foram detectadas irregularidades na transferência de dinheiro para o exterior pelo Fundo de Investimentos no Exterior (Fiex), um dos fatos sob investigação da comissão parlamentar de inquérito.

De acordo com a conclusão do relator, senador João Alberto, cerca de R\$ 400 milhões teriam sido

remetidos e aplicados de forma irregular.

O Fiex foi criado em 1994 para que brasileiros ou empresas que operam no Brasil comprassem títulos da dívida externa no exterior. O objetivo era tentar aumentar a cotação desses papéis no mercado secundário, no qual esses títulos são negociados.

Conforme documentação obtida pela CPI, 16 instituições financeiras

foram flagradas em irregularidades, sendo uma parte por falsas aplicações — elas apenas alugavam títulos da dívida pertencentes a outros investidores.

Segundo o relator, a diretoria do Banco Central, apesar de identificar as fraudes, não tomou nenhuma providência para coibi-la — o que, como prevê a lei, configura prática passível de responsabilização penal.

Maldaner quer adidos agrícolas para estimular agronegócio

Senador dirigiu apelo aos ministérios da Agricultura e Relações Exteriores diante da importância do PIB agrícola nacional

Em apelo dirigido aos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) propôs ontem, “para a perfeita consecução de agronegócios”, uma parceria que resulte na designação de adidos agrícolas para as representações diplomáticas do Brasil no exterior. A importância do PIB



Maldaner disse que EUA, França e Inglaterra têm adidos há tempos

agrícola brasileiro e o fato de a agricultura mundial estar atravessando um período de profundas inovações — como a produção de transgênicos, os avanços da biologia molecular e da biotecnologia, o controle do clima e a seleção e melhoramento genético — já deveriam ter levado o governo a mudar a postura de ignorar o assunto, acrescentou.

— O adido agrícola estaria atento aos eventos, feiras, exposições do se-

tor; estimularia a comercialização internacional de produtos nacionais; forneceria informações estratégicas, entre outras funções que sua formação lhe permite exercer com competência — explicou o senador.

Há muitos anos que Estados Unidos, França e Inglaterra mantêm esses técnicos em suas embaixadas, segundo Maldaner, não só para a execução de agronegócios, mas também para conhecer a política agrícola dos países em que trabalham. “Os Estados Unidos dispõem do controle de informações agrícolas em mais de 70 países e estão a par desde as condições climáticas até as liberações de recursos para plantio.”

Mais recentemente e com resultados surpreendentes, por exemplo, no aumento das exportações de uvas sem

sementes, o Chile criou o cargo de adido agrícola em cerca de 50 países, afirmou o senador. A Argentina, em razão do Mercosul, também fez o mesmo na sua representação diplomática no Brasil.

Maldaner disse que no Brasil, desde 1953, quando o deputado Lacerda Werneck propôs a criação do cargo de adido agrícola, até recentemente, com o encaminhamento de projetos semelhantes por parte dos deputados Pacheco Chaves, Denisar Arneiro e Nelson Marquezelli, a sugestão tem sido relegada a segundo plano. “Isso nos impede de abrir novas faixas de mercado de produtos agrícolas e pecuários no exterior”, lamentou.

Conforme o senador, o Itamaraty mantém 92 embaixadas, 43 consulados, 19 vice-consulados, três missões especiais, três delegações, uma representação, um escritório financeiro e um escritório comercial. “Em nenhum deles existe a figura do adido agrícola ou de um técnico em agronegócios, o que faz o Brasil perder negócios.”

Juvêncio destaca trabalho da Embrapa em seus 25 anos

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) lembrou o 25º aniversário de fundação da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, afirmando que a entidade é fruto de um projeto que deu certo, “sendo uma lição de competência e de brasilidade”. Essa unidade da Embrapa, informou o senador, tem por objetivo preservar recursos genéticos para o desenvolvimento sustentável da agricultura e pecuária, visando à segurança alimentar no país.

Essa instituição, disse o senador, “é um exemplo de que, quando uma sociedade resolve pôr em prática um projeto de desenvolvimento no qual os objetivos estão claros, o resultado só pode ser o sucesso”. Ele lembrou as vitórias da empresa nesses 25 anos nas áreas de recursos genéticos, biotecnologia e controle genético.

Juvêncio da Fonseca destacou o trabalho do Banco Brasileiro de Germoplasma Animal, conhecido como “Arca de Noé”, responsável pela preservação de material genético de animais rústicos, encontrados no país desde a época da colonização e que foram adaptados às condições encontradas

nos diferentes biomas brasileiros. A “Arca”, de acordo com o senador, mantém congelados mais de 30 mil doses de sêmen e cerca de 250 embriões de raças ameaçadas de extinção.

Na reprodução vegetal, conforme o senador, a unidade lidera as ações para a geração de produtos transgênicos, bem como domina a tecnologia de transformação genética de plantas como soja, batata, feijão e algodão, além de contar com mais de 85 mil amostras de sementes conservadas.

Juvêncio da Fonseca ressaltou, também, o trabalho desenvolvido pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia no combate a fungos, vírus e bactérias, pesquisas, e controle biológico de pragas agrícolas. O senador lembrou que esta instituição ocupa posição de destaque no cenário técnico-científico nacional e internacional “já que é a única no mundo que congrega três áreas trabalhando, simultaneamente, com plantas, animais e microorganismos”.

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), José Alencar (PMDB-MG), Romero Jucá (PSDB-RR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, também destacaram o trabalho da Embrapa.



Juvêncio lembrou “Arca de Noé” que preserva animais ameaçados de extinção

Jornalista Fábio Nasser homenageado por Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou a homenagem prestada ao jornalista goiano Fábio Nasser pela cidade de Goiânia, onde foi inaugurada uma praça que leva seu nome. Maguito relembrou o amigo, que morreu em janeiro, externando “o orgulho de ser seu



Maguito: Fábio Nasser tinha paixão por servir ao povo

conterrâneo e o prazer de ler e aprender com seus textos no jornal *Diário da Manhã*”.

— Fábio era uma pessoa excepcional. Reunia a paixão do poeta, a inteligência e o conhecimento do intelectual, o idealismo do cidadão e o pragmatismo do empreendedor — elogiou Maguito, ressaltando as diversas vezes em que buscou aconselhamento com o jornalista quando era governador de Goiás.

Embora nunca tenha disputado cargos públicos, por opção pessoal, “Fábio tinha a política no sangue”, disse Maguito, relatando a paixão que o jornalista tinha pela vida pública e pelo servir ao povo.

Alberto Silva vai ao PI e PE em comitiva presidencial

A convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) integrará a comitiva presidencial que visitará o Piauí e Pernambuco hoje. A comitiva assistirá à cerimônia “Chama do Conhecimento Indígena”, no Parque Nacional Serra da Capivara, participando ainda da



Alberto Silva

abertura da Ecotur Piauí 99, em São Raimundo Nonato (PI).

Em Petrolina (PE), o presidente inaugura as novas instalações do aeroporto da cidade, presidindo também cerimônia na Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela.

Alcântara pede incentivo para tirar setor do caju da crise

Ao comentar a realização do terceiro *Cajufest*, em Fortaleza, de 8 a 12 de novembro, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu a concessão de incentivos ao agronegócio

do caju, que segundo ele vive uma crise. Para o senador, as soluções devem passar pelos mais altos níveis de decisão política, como ocorreu na Bahia, onde o setor cacauzeiro atravessava crise mais grave. “Houve um programa de recuperação, patrocinado pelo BNDES, no valor de R\$ 300 milhões.”

Segundo Alcântara, os subsídios ao setor foram extintos, o crédito escasseou, os encargos financeiros passaram a ser efetivos e muitas vezes elevados. Além disso, continuou, os diversos planos econômicos e a frustração dos resultados trouxeram incerteza e prejuízo para as

atividades econômicas além dos juros elevados terem tornado inadimplentes os tomadores de empréstimos. O senador explicou que todo o esforço de recuperação do

setor no Ceará, está sendo articulado pela Gerência Setorial da Castanha de Caju, que, em conjunto com órgãos do governo, pretende incrementar as exportações do produto.

O *Cajufest*, informou Alcântara, é promovido pela Secretaria de Turismo do Ceará na capital cearense, porque a

cidade é o maior centro de industrialização de castanha de caju no país. Alcântara explicou que o evento abriga desde festas populares a conferências técnicas e visitas a fazendas de cajucultores para conhecer técnicas modernas de plantio.



Alcântara quer apoio semelhante ao recebido pelo setor cacauzeiro

Romero Jucá exalta importância do Iphan

O conhecimento de dados etnológicos, sociológicos, históricos e artísticos é um instrumento fundamental para que a coletividade brasileira aprenda a valorizar o patrimônio e a proteger sua integridade, afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao homenagear o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e seus servidores pelo trabalho desenvolvido em prol da cultura nacional e da proteção dos bens culturais brasileiros.

Suas ações vão desde identificar, restaurar, preservar e fiscalizar bens físicos, paisagísticos, arqueológicos e intelectuais, chegando a administração de bibliotecas. Para este trabalho, o instituto conta com 14 superintendências

regionais e 19 sub-regionais.

Romero Jucá lembrou que o Brasil possui nove relíquias que integram o Patrimônio Mundial da Humanidade: o conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto (MG); o centro histórico de Olinda (PE); os remanescentes da Igreja de São Miguel das Missões (RS); o centro histórico de Salvador (BA); o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (MG); os sítios arqueológicos de São Raimundo Nonato, no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI); o conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília; o Parque Nacional do Iguaçu (PR); e o centro histórico de São Luís (MA).



Romero Jucá: trabalho em favor da cultura nacional

Bornhausen propõe igualdade entre fisco e cidadão

Com sete capítulos e 53 artigos, proposta do Código de Defesa do Contribuinte prevê que a abertura de ação penal só poderá ser feita após o encerramento de processo administrativo que comprove irregularidade fiscal

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

DIREITOS DO CONTRIBUINTE	RESTRIÇÕES À AÇÃO DO FISCO
O contribuinte não poderá continuar a ser considerado inadimplente após o parcelamento do débito tributário, desde que cumpra o acordo firmado.	Fica proibida a utilização de força policial nas diligências do fisco no estabelecimento do contribuinte, salvo sob autorização judicial.
A defesa do contribuinte deverá ser exercida pelo Ministério Público, o que evitará a criação de despesas pelo Poder Legislativo (o que é proibido pela Constituição).	O fisco fica obrigado a comunicar previamente as diligências que pretende realizar, adiantando os aspectos que quer analisar.
Os estados e o Distrito Federal terão seus advogados gerais, cuja principal função será resguardar os direitos difusos e coletivos dos contribuintes.	Está proibida a utilização de meios coercitivos para a cobrança extrajudicial de tributos, como a interdição de estabelecimentos, a suspensão de negócios com o setor público e a adoção de barreiras fiscais.
O contribuinte que responde a processo administrativo ou judicial não será impedido de obter benefícios e incentivos fiscais e financeiros, como também tem garantido o acesso a linhas oficiais de crédito.	A Administração Fazendária fica proibida de divulgar, nos órgãos de imprensa, nomes de contribuintes em débito.
O contribuinte será ressarcido do custo de fiança e outras garantias de instância judicial para a suspensão do crédito tributário, quando este for considerado improcedente.	A Administração Fazendária não poderá recusar autorização para o contribuinte imprimir documentos necessários ao desempenho de sua atividade.
	Nenhum tributo pode ser criado e cobrado dentro de um mesmo exercício fiscal.

Ao anunciar a apresentação do Código de Defesa do Contribuinte sob a forma de proposta de lei complementar, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem que, ao fixar os direitos dos contribuintes em relação ao Fisco e ser um instrumento de justiça fiscal, o código abre uma nova página da história da cidadania no país, estabelecendo relações de igualdade entre o fisco e os cidadãos.

De acordo com o senador, a proposta de Código de Defesa do Contribuinte (CDC) foi elaborada por equipe de economistas reunida por iniciativa conjunta da Executiva do PFL e do Instituto Tancredo Neves e coordenada pelo economista Torquato Jardim.

Jorge Bornhausen informou que o código tem sete capítulos e 53 artigos. Entre os direitos do contribuinte previstos, o senador destacou que o Capítulo III garante o acesso à identificação de funcionários; a prestação de informações por escrito; o mesmo tratamento assegurado à administração fazendária no que diz respeito a pagamentos, reembolsos, juros e atualizações monetárias; publicidade mensal dos impostos que incidem sobre mercadorias que compõem a cesta básica; informações sobre valores cadastrais de mercadorias em geral e de bens móveis e imóveis, com puni-

ção para a aplicação de valores superiores aos de mercado; o reembolso de fianças; e a possibilidade de utilizar crédito tributário no abatimento de débitos.

Nos outros capítulos, o CDC estabelece regras para a realização de consultas (Capítulo IV), deveres da administração fazendária (Capítulo V), instrumentos de defesa do contribuinte (Capítulo VI) e disposições finais (Capítulo VII), acrescentou o senador.

Quanto aos deveres da administração fazendária, Bornhausen salientou o princípio de que o ônus deve ser o menor possível para o contribu-

inte, a possibilidade de parcelamento de débitos tributários, assim como as proibições de reter documentos, livros e mercadorias além dos prazos legais e de fazer-se acompanhar de força policial sem autorização judicial. Outros deveres da administração fazendária destacados pelo senador foram os de que a instauração de ação penal só pode ser feita após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal, o estabelecimento do prazo de 30 dias para a inscrição de débitos na dívida ativa e a proibição de publicação do nome do contribuinte em débito.



Bornhausen afirma que código abre nova página na história da cidadania

Paulo Hartung diz que PPS quer discussão da reforma tributária

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) informou, ontem, que seu partido "está aberto à discussão dos meios e modos para que se avance na reforma tributária", mesmo que esta venha acompanhada de regras de transição. Para o parlamentar, a aprovação do substitutivo do deputado Mussa Demes (PFL-PI) pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados foi importante "pelo fato político que criou".

Segundo Hartung, a aprovação do relatório teve "o mérito indiscutível" de forçar o governo a explicitar sua posição sobre a reforma tributária. Na opinião do senador, essa posição é "bastante equivocada" e foi mostrada "na

hora errada e em tom incorreto".

— O governo apostou o tempo todo no desencontro e no desentendimento da própria Comissão Especial — afirmou.

Para o parlamentar, o governo está satisfeito com as mudanças provisórias e pontuais que realizou, como a prorrogação da CPMF e da maior alíquota de

Imposto de Renda de pessoa física e o aumento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins),



Hartung considera equivocada a posição do governo sobre a reforma

cujo crescimento da arrecadação — de R\$ 18 bilhões no ano passado para R\$ 38 bilhões este ano — vem sendo comemorado pelas autoridades do Poder Executivo.

Em contrapartida, afirmou o senador, a sociedade está insatisfeita com um sistema tributário "caótico, regressivo, complexo, burocrático e que permite uma alta sonegação".

Para ele, o atual sistema "esfola o assalariado brasileiro".

O representante do Espírito Santo disse que a carga tributária brasileira, "muito baixa sobre a propriedade e pesadíssima sobre o consumo", tem uma estrutura de impostos cumulativos que impede os produtos brasileiros de ser competitivos em países vizinhos, como a Argentina.

— Se o governo não participar, nada será feito. É fundamental convencer o governo a mudar de posição para que se possa realizar uma mudança no sistema tributário nacional — afirmou.

Hartung manifestou seu entendimento de que o país já tem crises demais e que, por isso, o governo não deveria colaborar para criar mais dificuldades, opondo os poderes Executivo e Legislativo e os poderes públicos e a sociedade. Disse que as duas Casas do Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — têm competência para formular uma regra de transição. Para o senador, o verdadeiro motivo de preocupação do governo é a gravíssima crise fiscal que o país atravessa.

a bombardeá-lo — analisou.

Suassuna destacou que o governo tem maioria tanto no Senado quanto na Câmara, o que, em sua opinião, garante a vitória governamental nas votações. Para o senador, está havendo uma "guerra" por conta da reforma tributária.

— Toda guerra tem um motivo econômico, mesmo que escondido. O governo federal fica hoje com 70% da arrecadação, os estados com 26% e os municípios com 4%. Muito pouco fica com os municípios e os estados, que, com a Lei Kandir e os Fundos de Estabilização Fiscal e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, foram perdendo aos poucos seus recursos — disse.

Tema entra na pauta da CAE

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a necessidade de o Senado começar a debater a reforma tributária. O senador criticou a atuação do governo federal na condução do processo de votação da reforma na Câmara dos Deputados e anunciou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por ele, já pautou, de maneira informal por enquanto, encontro com os membros da comissão que estuda o assunto na Câmara.

— O governo federal, de forma incompreensível, deixou correr solta a reforma tributária na Câmara dos Deputados. Depois que o texto foi aprovado por 35 votos a 1, percebeu que o texto pode ser votado e começou



Suassuna: União luta para continuar com 70% da arrecadação de impostos

Fundamental, foram perdendo aos poucos seus recursos — disse.

Senadores elogiam busca de equilíbrio

Todos os senadores que apartearam Jorge Bornhausen destacaram a importância e a inovação legal da iniciativa de estabelecer em lei princípios e normas a respeito da relação entre os direitos dos contribuintes e os deveres da administração pública fazendária.

Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o fato de o Código de Defesa do Contribuinte na verdade dar equilíbrio a uma relação na qual o contribuinte "sempre esteve sujeito ao arbítrio do Estado". Hugo Napoleão (PFL-PI), por sua vez, disse que muitas vezes os cidadãos são espezinhados "por uma burocracia confusa", o que torna o CDC "um ponto de alavancagem, de elevação dos direitos dos contribuintes".

A experiência de ter sido secretário da Receita Federal levou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) a concordar que as relações contribuintes/fisco envolvem muitas dificuldades que o CDC pode vir a sanar.

Francelino Pereira (PFL-MG) registrou ter recebido uma série de telefonemas apoiando a proposta viabilizada pela direção do PFL.

Uma proposta que vise a superação da atual assimetria de direitos que su-

jeita a cidadania ao fisco é motivo de entusiasmo, na opinião do senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ela seria, a seu ver, um grande tema da modernização das relações entre Estado e sociedade, pois não é admissível a permanência de desequilíbrios como, por exemplo, o de garantir determinado prazo de defesa para os cidadãos e um prazo muito superior para a defesa por parte da administração fazendária.

ESTADO-SOCIEDADE

Para Artur da Távola (sem partido-RJ), além de somar-se a um dos aspectos que caracterizam o governo Fernando Henrique Cardoso — o de fortalecer uma tendência de expansão da sociedade em relação ao Estado —, o CDC "traz à discussão nacional o novo e importante passo da figura do contribuinte e de seus direitos frente ao Estado todo-poderoso". José Alencar (PMDB-MG) salientou a abrangência da proposta, pois atinge toda a população que é direta ou indiretamente contribuinte. Finalmente, Casildo Maldaner (PMDB-SC) também reconheceu a importância de discutir normas que tornem as relações Estado/sociedade mais isonômicas.

Francelino quer punição mais severa para crime contra mulher

Ao registrar data pela não-violência contra a população feminina, senador defende a instalação de mais delegacias especializadas

Ao destacar a passagem do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, comemorado ontem, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu a instalação de uma delegacia de mulheres em cada município com mais de 60 mil habitantes. Também sugeriu que o novo Código Penal Brasileiro, em discussão no Congresso, tenha punições mais severas para os crimes contra mulheres e crianças.

— Temas como assédio sexual, aborto, crimes contra a liberdade sexual, pornografia infantil, discriminação ou preconceito devem ter um tratamento especial no novo código — defendeu.

O senador destacou os avanços obtidos com os dispositivos da Constituição que obrigam o Estado a criar mecanismos para coibir a violência familiar (art. 226) e aprovar uma lei que puna severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (art. 227).

Francelino ressaltou o respaldo constitucional aos tratados e convenções internacionais, citando a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994. Lembrou que, em junho do próximo ano, a Organização



Para Francelino, o Brasil avançou, mas ainda não protege adequadamente as mulheres

das Nações Unidas (ONU) realizará uma sessão especial para avaliar os resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, em 1995.

O senador destacou como boa iniciativa, no Brasil, o Programa Nacional de Combate à Violência Doméstica e Sexual, instituído em 1998 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Exaltou ainda a criação das delegacias de defesa da mulher e os abrigos para mulheres vítimas de violência, como os existentes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Enfatizou, porém, os problemas enfrentados pela mulher. A pesquisa “Violência Doméstica, Questão de Polí-

cia e de Sociedade”, que analisou 170 mil boletins de ocorrência em delegacias de mulheres de 22 capitais e do interior de São Paulo, constatou que 70% desses casos foram arquivados pela própria agredida. A pesquisa mostrou ainda que, para cada acusado condenado, dez são absolvidos.

Segundo o senador, a Delegacia de Atendimento à Mulher de Brasília registrou em média dois estupros por dia entre 1996 e 1997, quase a metade deles (42,3%) cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Francelino foi apertado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Gilvam Borges (PMDB-AP).

COMUNICADOS

Francelino Pereira comunicou ao plenário a posse do diplomata e escritor Affonso Arinos de Mello Franco Filho na Academia Brasileira de Letras, hoje, no Rio de Janeiro. Segundo o senador, trata-se de “um homem ilustre, filho de um dos homens públicos mais aplaudidos do país”.

O representante de Minas Gerais registrou também a eleição, na última quarta-feira, do presidente e do vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), respectivamente.

Emilia sugere número telefônico nacional para receber denúncias

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu que o governo se antecipe e institua um número telefônico nacional para receber denúncias de violência contra a mulher. Projeto de lei nesse sentido, de autoria da senadora, foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

A parlamentar explicou que o projeto prevê a criação de um número telefônico de três dígitos, de acesso gratuito aos usuários, que serão ligados a delegacias especiais de atendimento à mulher (ou delegacia de polícia, onde não existir esse serviço especial). O projeto é uma recomendação da Declaração sobre a Violência contra a Mulher, elaborado na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada na Áustria em 1993. A senadora destacou a “sensibilidade e o compromisso” dos integrantes da CCJ no combate à violência contra as mulheres, jovens e meninas brasileiras.

Manifestando-se a propósito do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, Emilia Fernandes lembrou os recentes assassinatos da deputada alagoana Ceci Cunha e da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, para res-

saltar a necessidade da presença do tema na pauta nacional de discussão. Segundo ela, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida no Brasil. Quase dois terços das agressões são praticadas pelos próprios integrantes do núcleo familiar.

Entre as leis e instrumentos que avançaram na valorização da mulher, a senadora citou as delegacias de mulheres e as casas de abrigo para vítimas da violência. Ressaltou ainda as alterações no Código Civil, que “removeram conceitos anacrônicos em relação à mulher”.

Ela destacou a atuação constante e integrada da bancada feminina do Congresso, que resultou na aprovação do projeto que definiu critérios e formas de proteção à mulher no mercado de trabalho e da proposta que assegurou o direito à cirurgia reparadora para mulheres acometidas de câncer na mama.

A senadora elogiou a atuação de Rosiska Darcy de Oliveira, ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. E destacou as necessidades estratégicas propostas por sua sucessora, Solange Bentes, que propôs um



Emilia Fernandes informou que, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida no país

trabalho integrado com a sociedade, por meio de instituições não-governamentais que tratam das questões do gênero e da bancada feminina.

Por fim, afirmou que a violência contra a mulher é também fruto da exclusão, do desemprego, da desestruturação familiar e da desesperança. Assim, defendeu a superação “das políticas econômicas impostas aos países pobres, que aprofundam a recessão, a concentração de renda e a miséria”.

A senadora lembrou que a data foi instituída durante o I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Bogotá, 1981), em homenagem às irmãs Mirabal, assassinadas na República Dominicana em 1960.

Maria do Carmo registra 40 anos da Declaração dos Direitos da Criança

Ao lembrar o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, ocorrido dia 20, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que muitos dos compromissos contidos no documento são violados em todo o mundo, embora mais de 180 países já tenham assinado a declaração, comprometendo-se a respeitar os direitos fundamentais da criança.

— São milhões que não têm acesso à escola. Os que, em vez de estudar e brincar, trabalham duro, muitas vezes em condições desumanas, enquanto outros sofrem toda sorte de abusos. Os conflitos armados, de motivações mais escusas do que patrióticas, promovidos no mundo, mataram ou mutilaram, entre civis, milhões de crianças — denunciou.

Maria do Carmo disse que a face mais cruel dessas guerras é o aliciamento de crianças e adolescentes entre sete e 18 anos para as frentes de batalha. Segun-



“Triste a sorte da nação que não cuida das crianças”, afirmou Maria do Carmo Alves

do a senadora, mais de 120 mil crianças encontram-se nessa situação na África, na Ásia e em outros continentes.

— É triste a sorte de um país que não cuida de suas crianças — acrescentou a senadora, observando que, embora a situação do Brasil não esteja entre as piores, o país tem um grande contingente de menores abandonados e de crianças que trabalham em condições desumanas, além daquelas expostas à

violência doméstica e outros maus-tratos.

Ela destacou, ainda, como um dos problemas mais sérios do país nessa área a vulnerabilidade dos jovens no que diz respeito ao envolvimento com o mundo das drogas, que classificou como “o flagelo deste século”.

— A janela que a CPI do Narcotráfico abriu para visualizarmos a dimensão e profundidade do enraizamento dos tentáculos desta maldita atividade é um veemente alerta para os perigos que correm as nossas crianças, os nossos jovens e a sociedade como um todo — concluiu.

Cândido: Brasil não superou a barreira do racismo

“O Brasil ainda não derrubou o muro do racismo, do preconceito, da discriminação e da exclusão”, observou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ao falar do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Para o senador, a poucos dias de um novo milênio, que marcará os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil e os 112 anos da Lei Áurea, a condição do negro na sociedade pouco mudou.

Geraldo Cândido entendeu que o primeiro grito de liberdade a ecoar na América foi dado por Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695 pelas forças coloniais portuguesas, por ter construído, no interior do Brasil escravocrata do século XVII — na serra da Barriga, entre os estados de Alagoas e Sergipe —, a República de Palmares.

— O Quilombo de Palmares foi uma sociedade multirracial e pluricultural, onde viveram em liberdade escravos fugidos, índios e brancos pobres, sem opressão de raça nem de gênero. Do ponto de vista étnico e político, aquela foi a única democracia racial de que se tem notícia em solo americano — disse Cândido.

Destacando que os negros constituem cerca de 48% dos brasileiros, a maior população negra do mundo depois da Nigéria, Cândido observou que a discriminação é revelada pelos números: segundo levantamentos do Ministério da Educação, 22,2% dos negros são analfa-



Geraldo Cândido acusa o governo de FHC de estar associado ao “passado colonial escravista”

betos, enquanto entre os brancos esse índice é de 9%.

Se em 1990 os negros tinham, em média, 3,3 anos de estudos, os pardos alcançavam 3,6 anos e os brancos 5,9 anos, prosseguiu. Pesquisa divulgada pelo IBGE em 1997 mostrou que, enquanto mestiços e brancos ganhavam em média 6,3 salários mínimos, os negros recebiam 2,9 salários mínimos.

Cândido enfatizou que a cidadania pretendida pelos negros visa despertar para a situação de exclusão em que vive a maioria dos brasileiros de raízes africanas. “O governo Fernando Henrique e sua política neoliberal, associados que estão ao passado colonial escravista, explorador e excludente, perpetuam as desigualdades sociais, priorizando questões econômicas e acordos internacionais”, denunciou o senador.

Responsabilidade da PF cresce com globalização, diz Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a globalização aumenta a responsabilidade da Polícia Federal no combate ao crime organizado, desde o tráfico de entorpecentes e armas, até o roubo de cargas. O senador fez a afirmação ao prestar homenagem à instituição pelo seu 35º aniversário, ocorrido no dia 16 deste mês. Ele também destacou a importância da PF para a proteção do estado democrático de direito.

Tuma lembrou que o processo de criação do Departamento de Polícia Federal acelerou-se na década de 50, "período áureo do contrabando e do descaminho, especialmente nos ramos de automóveis (a importação era proibida), eletrodomésticos e autopeças". Hoje, disse o senador, a Polícia Federal conta com um efetivo de aproximadamente sete mil policiais, 27 superintendências regionais, além dos órgãos centrais, 54 delegacias e 17 postos temporários e um permanente, que favorecem sua integração com os demais órgãos da administração federal em todo o país.



Romeu Tuma prestou homenagem aos 35 anos da Polícia Federal

Entre as atribuições da Polícia Federal, destacou Romeu Tuma, estão apurar os crimes cometidos contra a Lei de Segurança Nacional, os decorrentes de greves que intentem atingir a organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores, e as transgressões do Código Eleitoral. O senador acrescentou que a PF também combate ações no âmbito do contrabando, descaminho (exportação clandestina), sonegação fiscal, corrupção e peculato.

Calheiros pede mais recursos para proteção a testemunhas

Com R\$ 5,4 milhões anuais, calcula o senador, seria possível garantir que lei aprovada neste ano seja colocada em prática

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) exortou o governo a destinar mais recursos para o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas. "O governo não deve hesitar um segundo na viabilização desses recursos. Essa lei não pode representar mais um exemplo de 'lei que não pega' no país, tendo em vista sua importância no combate ao crime organizado que hoje nos ameaça", afirmou.

Segundo Calheiros, a lei de proteção tem origem na importância da prova testemunhal para a elucidação de crimes e pode contribuir para o fim da impunidade. "Queremos acrescentar meios para elucidarmos crimes, desmantelarmos organizações criminosas e acabarmos com esse sentimento nefasto de impunidade que confere ao país títulos tão vergonhosos. A impunidade deforma o país e desacredita as instituições", opinou.

O senador afirmou que a eficácia dessa lei, sancionada em julho,

Calheiros quer eliminar burocracia na liberação de verbas

durante sua gestão como ministro da Justiça, está subordinada ao grau de prioridade que terá do governo federal. "A parcimônia de verbas para o atendimento de vítimas e testemunhas poderá tornar a lei inócua e até mesmo ridícula. É imperioso eliminar a burocracia na liberação de verbas", disse.

Calheiros revelou que as experiências de proteção a testemunhas em seis estados demonstraram ser de 50 pessoas ao ano a média de atendimentos. Projetando esse número para os 27 estados da Federação, teremos cerca de 1.300 inscritos no programa. Com custo mínimo mensal de R\$ 300 em manutenção de assistência à família e custo inicial de R\$ 500, a necessidade anual seria de R\$ 5,4 milhões, calculou o senador.



Na opinião de Renan Calheiros, o custo seria mínimo, se comparado com o gasto anual do Brasil em decorrência da violência, estimado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em R\$ 84 bilhões. "A lei de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas é nosso melhor meio legal para combatermos o crime organizado, os matadores de aluguel, o tráfico de mulheres e crianças, o contrabando e o tráfico de armas e drogas."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Aerobahia
7h30 - Especial Unip - Produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Pedra nos rins
7h55 - Senado em Pauta
8h - Jornal do Senado
8h30 - Entrevista - Senador Ney Suassuna fala sobre

o problema da desertificação
8h55 - Senado em Pauta
9h - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (gravado em 24/11)
Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)
21h - Jornal do Senado
21h30 - Consulta Marcada - O médico Múcio Porto fala sobre cirurgia plástica
22h30 - Síntese
23h30 - Filme - Abolição (direção: Zózimo Bulbul)

Eduardo elogia rigor no combate a fraudes fiscais no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou a decisão do governo do Tocantins de combater com rigor as fraudes contra a Fazenda estadual. Segundo informou, o governador determinou às secretarias da Fazenda e da Segurança Pública que adotem providências rápidas e enérgicas para que os responsáveis por eventuais fraudes contra o fisco sejam punidos exemplarmente e demitidos do serviço público.

Eduardo Siqueira Campos disse que, no Tocantins, fraudes fiscais estão provocando enormes prejuízos ao erário.

— Só que o governo do estado está fechando o cerco contra os maus brasileiros que, promovendo



Eduardo Siqueira Campos afirma que governo fecha o cerco a "maus brasileiros"

fraudes contra a arrecadação de tributos, estão dando desfalques de milhões de reais. Suspeita-se que as irregularidades são majoritariamente responsáveis pela redução na arrecadação de ICMS, que passou de cinquenta para vinte mi-

lhões no exercício em curso. Segundo o senador, a Secretaria da Fazenda demitiu, somente em 1999, oito fiscais, e investiga 32 suspeitos de estarem envolvidos em fraudes fiscais na região do Bico de Papagaio. Eduardo Siqueira Campos pediu à população tocantinense que colabore com o governo, denunciando eventuais irregularidades contra o fisco.

Na avaliação do senador, os governos estaduais e a União teriam muitos de seus problemas solucionados se não houvesse tanta evasão fiscal.

Senador destaca solução para débito da União

O senador Eduardo Siqueira Campos registrou compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de saldar o débito da União com o estado do Tocantins, estimado em mais de R\$ 1 bilhão. Eduardo lembrou que o pagamento ficou estipulado na Constituição, em consequência da criação do novo estado, mas até agora não havia

sido efetuado.

Eduardo considerou o fato auspicioso para todos os tocantinenses, uma vez que o estado carece de recursos financeiros. Ele disse que, embora o governo do estado tenha trabalhado para proporcionar infra-estrutura ao Tocantins, a região é pobre e necessita de recursos federais para sua emancipação.

— Pelo que ficou acertado, e tive a honra de estar presente nesse encontro do governador Siqueira Campos com o presidente, até o final do ano o governo federal definirá uma programação para o pagamento do débito. E o fechamento das contas deste exercício entre a União e o Tocantins não será efetivado antes que a dívida seja acertada — completou.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

BNDES errou na venda da Cesp, diz Wilson

Parlamentar protesta contra a decisão do banco de emprestar recursos para empresa estrangeira comprar as onze centrais elétricas da Companhia Energética de São Paulo



Mauro: invasão da fazenda de FHC compromete a imagem do MST junto à população

Mauro pede moderação aos líderes dos sem-terra

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem mais moderação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), referindo-se ao episódio da invasão da fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG). “A violência é má conselheira. O movimento não deve comprometer seus ideais em episódios desgastantes como o da invasão da propriedade do presidente.”

— Agora podemos ver claramente que o episódio foi um erro estratégico do MST. As lideranças pecaram por excessos e ameaças de violência e agora correm o risco de se desmoralizar, perdendo parte do apoio popular de que desfrutam — alertou.

Mauro Miranda ressaltou seu apoio à causa da reforma agrária e até mesmo sua condescendência com “excessos dos trabalhadores em sua luta justa por um pedaço de terra”.

Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado de um artigo do jornalista Batista Custódio, publicado no *Diário da Manhã* de Goiânia, analisando a ação do MST no episódio da invasão da fazenda de FHC. “Como grande ‘quixote’ do jornalismo goiano, ele afirma que a terra que está sobrando para uma minoria é a mesma que está faltando para a maioria”, citou.

Os empréstimos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem concedendo às empresas estrangeiras que compram ativos nacionais são “uma prática absurda, incoerente, sem justificativa aceitável, e merecem a mais severa e indignada crítica”, na opinião do senador Carlos Wilson (PPS-PE). O senador afirmou ontem que a privatização, no último dia 27 em São Paulo, das onze centrais elétricas da Cesp Tietê — adquiridas pela multinacional AES — suscitou mais uma vez o tema. Para o senador, o BNDES precisa ter mais transparência na concessão de financiamentos.

— A compra foi efetuada com um lance de R\$ 938 milhões, mas o BNDES emprestou R\$ 360 milhões. Havia sido estabelecido que o BNDES só financiaria a operação para grupos brasileiros. Mas na última hora, com o argumento de que era necessário tornar mais atrativa a venda da estatal, a regra foi



Segundo o senador Carlos Wilson, o ato do BNDES foi “absurdo, incoerente e merece a mais severa e indignada crítica”

torcida e invertida — afirmou.

Carlos Wilson destacou que a lógica de atrair capital estrangeiro para a economia brasileira é “que efetivamente seja trazido capital de fora”. Mas, lembrou, vencendo o leilão uma empresa estrangeira, ela passa a fazer remessa de lucros para o exterior, o que não beneficia as contas públicas nem alavanca novos investimen-

tos no Brasil, acredita.

— O BNDES não é um banco qualquer, é uma potência financeira. O seu orçamento de desembolsos alcançou R\$ 20 bilhões este ano, valor que o coloca praticamente equiparado ao Banco Mundial. É preciso que o Brasil tenha uma agenda de desenvolvimento, um projeto estratégico, prioridades, uma política industrial com definição de setores-chaves a serem estimulados. Nada que signifique uma volta aos anos 70, com seus exagerados subsídios e sua excessiva estatização. E, sim, uma política industrial que leve em conta as duras lições dos sobressaltos de nossa economia nas últimas décadas — defendeu.

O discurso teve aparte do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que sugeriu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação do BNDES nas privatizações. Em outro aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) também criticou a atuação do BNDES. “O governo está cheio de problemas e o Congresso Nacional ainda apóia todas as suas iniciativas”, disse.

Ademir cobra rapidez do governo na liberação de rádios comunitárias

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) reclamou ontem da morosidade do Ministério das Comunicações em liberar autorização de funcionamento das rádios comunitárias. Segundo informou, existem atualmente mais de 6 mil pedidos aguardando deliberação “nas gavetas do governo”.

Para ele, o governo, que deveria dar todo o suporte técnico e financeiro para a organização de rádios comunitárias, age exatamente em sentido contrário, “chegando a usar o poder de polícia” para bloquear iniciativas de comunidades que desejam ter as suas emissoras populares.

— Com essa postura do governo Fernando Henrique Cardoso, perdem a democracia, as pequenas comunidades, que não podem manter sua identidade e integridade cultural, e o próprio país, que é obrigado a se tornar consumidor passivo de culturas estran-



Conforme Ademir Andrade, atitude do governo traz prejuízos à democracia e à defesa da identidade cultural

geiras dominantes, muitas das quais recheadas de banalização da violência — afirmou.

Ademir Andrade informou que a Associação Rádio Comunitária de Altamira, no Pará, em conjunto com a Associação Comunitária

de Comunicação e Cultura Pirangiense, de São Paulo, manifestaram repúdio “à forma ilegal e antidemocrática com que o governo vem tratando as entidades” e defendeu uma nova legislação de concessão de rádios comunitárias.

Ele também encaminhou à Mesa requerimento solicitando informações ao Ministério das Comunicações a respeito de como funciona o sistema de concessão de pedidos para instalação de rádios comunitárias.

— Enquanto a grande imprensa enriquece, prospera e moderniza-se a cada dia, as rádios comunitárias das zonas rurais, das favelas e das pequenas comunidades urbanas não dispõem de apoio técnico, financeiro e administrativo e nem mesmo de autorização do governo para funcionar — protestou Ademir.



Moreira Mendes propõe que turista possa usar isenção para *freshshop* em compras no país que visitou

Moreira quer mudar isenção para quem vai ao estrangeiro

As atuais isenções tributárias concedidas às pessoas que viajam ao exterior — de US\$ 500 para bagagem acompanhada e de US\$ 500 para compras realizadas dentro das *freshshops* dos aeroportos — poderão ser transformadas numa única isenção de US\$ 1.000, cabendo ao viajante a decisão sobre como a distribuirá em compras. Esta é a mudança contida em projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão em caráter terminativo.

— A medida proposta valoriza a escolha do viajante, retirando às lojas francas a reserva de mercado que lhes foi atribuída na disciplinação administrativa vigente nos dias atuais — resumiu o senador.

Conforme argumenta na justificativa do projeto, temas como a própria definição do conceito de bagagem, os regimes tributários a ela aplicáveis e os direitos dos cidadãos e das categorias de viajantes “devem ser regulados por lei emanada do Congresso”. Moreira Mendes disse que “não é mais possível que, encerrado de há muito o ciclo autoritário”, as normas que disciplinam a importação de bens componentes das bagagens de viajantes ainda sejam aquelas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 2.120.

Na defesa de sua proposta, o senador argumentou que muitos passageiros têm se queixado da pequena variedade e dos preços de produtos acessíveis nas *freshshops*, quase sempre superiores aos similares postos à venda no exterior.